



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

[Handwritten signatures]

396/2018

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS
(PEÇAS E ACESSÓRIOS) E PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS
PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
LOULÉ, PELO VALOR GLOBAL 155.000,00€,
ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL**

Aos vinte e um dias do mês de Setembro do ano de 2018, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **HYDRAPLAN – MANUTENÇÃO E COMÉRCIO DE VEÍCULOS, S.A.**, com sede na Quinta das Cotovias, Edifício Hydraplan, – Vila Franca de Xira, com o capital social de 650.000,00€, com o número único de matrícula e pessoa coletiva número 507448979, representada por **JOSÉ CARLOS PEREIRA DE MATOS DUQUE**, portador do Cartão de Cidadão número 3565099, válido até 18 de Julho de 2028, contribuinte número 162837224 e **JOAQUIM FERNANDO FARIAS LOPES**, portador do cartão de cidadão número 05383676, válido até 30 de Agosto de 2022, contribuinte número 148991351, os quais outorgam na qualidade de Administrador e Procurador, com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente e procuração datada de 28 de Junho de 2016, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice - Presidente de **27 de Agosto de 2018**, e na sequência de Concurso Público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 146, II Série de 31 de Julho de 2018, é adjudicado à empresa **HYDRAPLAN – MANUTENÇÃO E COMÉRCIO DE VEÍCULOS, S.A.**, o contrato de “**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (PEÇAS E ACESSÓRIOS) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**” pelo valor global 155.000,00€ (cento e cinquenta e cinco mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento nas rubricas orçamentais **02/02.01.12 e 02/02.02.03**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **6452**, e o LCPA n.º **10342**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objeto do contrato consiste na aquisição de materiais (peças e acessórios) e prestação de serviços de reparação de veículos propriedade da Câmara Municipal de Loulé, conforme descrito na Parte II do caderno de encargos-----

TERCEIRA: O preço base do procedimento é de **€ 155.000,00** (cento e cinquenta e cinco mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.-----

QUARTA: O contrato vigora desde a data da sua celebração, até ao limite máximo de faturação correspondente ao valor do contrato ou até ao final de 2019, consoante o que ocorra em primeiro lugar.-----

Caso o valor total do contrato não seja atingido durante o prazo de vigência deste, pode a Câmara Municipal de Loulé, por acordo entre as partes, proceder à sua prorrogação até se atingir o limite máximo de faturação.-----

QUINTA: São da responsabilidade do adjudicatário todos os procedimentos relacionados com recolha, transporte e entrega dos veículos nas instalações Municipais sitas no Parque de Serviços Urbanos da Franqueada, assim como todas as despesas associadas;-----

Os serviços de manutenção e assistência técnica automóvel serão prestados nas oficinas do prestador de serviços.-----

SEXTA: As quantias devidas pela Entidade Adjudicante serão pagas no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.-----

SÉTIMA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as obrigações que constam nas alíneas a) a m) do número 1 do artigo 5º do caderno de encargos.-----

OITAVA: O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

[Handwritten signatures in blue ink]

NONA: Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante poderá exigir ao adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos das alíneas a) a g) do número 1 do artigo 10º do caderno de encargos.-----

DÉCIMA: Não podem ser impostas sanções ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. -----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima descritos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.-----

Não constituem força maior, designadamente o descrito nas alíneas a) a g) do número 3 do artigo 11º do caderno de encargos. -----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.-----

A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.-----

DÉCIMA PRIMEIRA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos: -----

Quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias.-----

Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.-----

DÉCIMA SEGUNDA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.-----

A resolução do contrato nos termos acima referidos não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.-----

DÉCIMA TERCEIRA: A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA QUARTA: De acordo com o previsto no nº 1 do artigo 290º - A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Célia Brás, Técnica Superior da Divisão de Ambiente, Transportes e Oficinas. -----

DÉCIMA QUINTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice - Presidente de 27 de Agosto de 2018, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte três anexos:-----

Programa de Procedimentos;-----

Caderno de Encargos;-----

Proposta do Adjudicatário;-----

Publicação no Diário da República e informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

[Handwritten signature]

OS SEGUNDOS OUTORGANTES,

[Handwritten signatures of two individuals]

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

[Handwritten signature]